



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V  
COLEGIADO DE GEOGRAFIA**

**ÉRICA GREICIANE NUNES DOS SANTOS**

**AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE A COMUNIDADE DO  
DENDEZEIRO/LAJE-BA.**

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA**

**2025**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V  
COLEGIADO DE GEOGRAFIA**

**ÉRICA GREICIANE NUNES DOS SANTOS**

**AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE A COMUNIDADE DO  
DENDEZEIRO/ LAJE-BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Universidade do Estado da Bahia – UNEB, como requisito parcial para a conclusão do curso e obtenção do grau de Licenciatura em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elba Medeiros Punski dos Santos.

**SANTO ANTÔNIO DE JESUS - BA**

**2025**

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pelo SISB/UNEB.  
Dados fornecidos pelo próprio autor.

S237a

Santos, Erica Greiciane Nunes dos

AGRICULTURA FAMILIAR: Um olhar sobre a sobre a comunidade do Dendezeiro/Laje-BA / Erica Greiciane Nunes dos Santos. Orientador(a): Elba Medeiros Punski dos Santos. Santos. Santo Antônio de Jesus, 2025.

42 p : il.

TCC (Graduação - Geografia). Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus. 2025.

Contém referências, anexos e apêndices.

1.Agricultura Familiar. 2.Associação de agricultores . 3.Políticas públicas . I. Santos,Elba Medeiros Punski dos . II. Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus. III. Título.

CDD: 904

# TERMO DE APROVAÇÃO


ÉRICA GREICIANE NUNES DOS SANTOS

## A AGRICULTURA FAMILIAR: UM OLHAR SOBRE A COMUNIDADE DO DENDEZEIRO EM LAJE-BA.

Monografia apresentada ao curso de graduação em Licenciatura em Geografia do Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, Campus V, Santo Antônio de Jesus, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Geografia.


Aprovada em 21 de março, 2025.

Banca:

Documento assinado digitalmente  
 **ELBA MEDEIROS PUNSKI DOS SANTOS**  
Data: 01/05/2025 10:44:12-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


---

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elba Medeiros Punski dos Santos.  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus V

Documento assinado digitalmente  
 **PAULA ARCOVERDE CAVALCANTI**  
Data: 02/05/2025 12:14:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Parecerista: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Paula Arcoverde Cavalcanti  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus V

Documento assinado digitalmente  
 **ROZILDA VIEIRA OLIVEIRA**  
Data: 02/05/2025 07:57:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Parecerista: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rozilda Vieira Oliveira  
Universidade do Estado da Bahia - UNEB/Campus V

Dedico esse trabalho ao Bom Jesus da Lapa, aquele que em minha fé nunca foi falho e até aqui tem me sustentado nos piores e melhores momentos da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço a Deus por me abençoar, por me manter perseverante em meio a tantas dificuldades e, principalmente, por me capacitar ao longo desse processo tão emocionante e, ao mesmo tempo, desafiador.

Este trabalho só foi possível graças ao apoio e à dedicação de pessoas especiais, que me acompanharam e incentivaram em cada etapa dessa trajetória marcante e transformadora em minha vida.

Agradeço à minha família (mãe, pai, irmão e esposo) pelo esforço incansável ao longo de toda a minha graduação. Pela renúncia de seus próprios desejos para me auxiliar na realização dos meus, pelos conselhos, pelo incentivo diário e por não permitirem que eu desistisse, estando comigo nos melhores e nos piores momentos. Obrigada por acreditarem em mim e por me fazerem sentir a pessoa mais especial do mundo. Sou imensamente grata pelo privilégio de compartilhar a vida ao lado de vocês. Tenho certeza de que não teria conseguido sem o amor e o apoio incondicionais da minha família!

Expresso grande gratidão à minha professora e orientadora Elba Medeiros Punski dos Santos que, com empenho e dedicação, compartilhou seu conhecimento, explorou minhas habilidades e, com paciência, me acolheu em seus horários de almoço devido à minha correria diária, para me auxiliar no desenvolvimento desta pesquisa. Serei eternamente grata!

Sou também grata a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, oferecendo apoio, incentivo e conhecimento ao longo dessa jornada acadêmica. Agradeço aos meus parentes, professores e colegas, mas, com um carinho especial, agradeço aos "AMIGOS" da universidade, que trilharam essa caminhada ao meu lado. Juntos, unimos forças para ajudar uns aos outros, tornando cada desafio mais leve. Nada disso teria sido tão prazeroso e significativo sem vocês, compartilhando momentos inesquecíveis e registrando memórias que levarei para sempre. Estou grata por todo o processo e feliz por encerrar um ciclo tão significativo.

*“Confia ao Senhor as tuas obras, e teus planos serão bem-sucedidos.”(Provérbios 16:3).*

## RESUMO

No Brasil atual, a produção agrícola é dividida em dois principais setores: o agronegócio, que abrange a agroindústria e os produtores agroexportadores, e a agricultura familiar, que inclui os pequenos produtores rurais, produtores de pequena escala. Nas últimas décadas, a agricultura familiar vem ganhando espaço significativo no âmbito político e educacional, o que gera uma série de fatores favoráveis para ampliar pesquisas sobre o tema. Este trabalho tem como objetivo, investigar de que maneira um débito tributário na gestão da associação de pequenos agricultores familiares da comunidade do Dendezeiro no município de Laje/BA, influencia na participação ativa (ou não) desses produtores rurais nas políticas públicas direcionadas a esse setor, e como esse fator pode impactar suas ações sociais, econômicas e políticas. Para isso foram realizadas pesquisas exploratórias, baseadas em leituras bibliográficas pertinentes ao tema, além de uma análise de dados e entrevistas dentro da própria comunidade.

**Palavras-chaves:** Políticas públicas. Agricultura familiar. Associação de Agricultores.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> –Mapa de localização do Território de identidade do Vale do Jiquiriçá.....	21
<b>Figura 2</b> –Cinco territórios de identidade com maior participação da agricultura familiar/Bahia 2018.....	22
<b>Figura 3</b> –Mapa de localização do município de Laje/BA.....	24
<b>Figura 4</b> –Foto panorâmica da comunidade do Dendezeiro/Laje Ba.....	25
<b>Figura 5</b> –Culturas agrícolas que dominam e movimentam à economia da comunidade do Dendezeiro em Laje-BA.....	26
<b>Figura 6</b> – Atividades econômicas existentes na comunidade do Dendezeiro em Laje-BA.....	27
<b>Figura 7</b> - Áreas de atuação da FASE na comunidade do Dendezeiro em Laje/BA.....	31
<b>Figura 8</b> –Palestra para apresentar o projeto FASE.....	32
<b>Figura 9</b> – Mine curso de poda e cuidados com o cultivo do cacau.....	32
<b>Figura 10</b> –Oficina1: preservação e restauração de fontes nascentes.....	33
<b>Figura 11</b> –Oficina 1: preservação e restauração de fontes nascentes.....	33
<b>Figura 12</b> –Oficina 2: preservação e restauração de fontes nascentes.....	34
<b>Figura 13</b> –Oficina 2: preservação e restauração de fontes nascentes.....	34

## **SIGLAS**

**BNB**-Banco do Nordeste do Brasil

**CEPLAC**-Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

**CONAB**- Companhia Nacional de Abastecimento

**EMBRAPA**- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

**FASE**- Fundação de Atendimento Sócio-Educativo

**IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCRA**- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**PAA**- Programa de Aquisição de Alimentos

**PIB**- Produto Interno Bruto

**PNAE**- Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PRONAF**- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**SEI**- Sistema Eletrônico de Informações

**SEPLAM**- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano

**SINTRAF**- Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar e Afins

# SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>LISTAS.....</b>	<b>7</b>
<b>SIGLAS.....</b>	<b>8</b>
<b>SUMÁRIO.....</b>	<b>9</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2- FATORES HISTÓRICOS E A FORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....</b>	<b>14</b>
2.1Conceituando agricultura família.....	15
2.2Critérios e relação de alguma em politicas publicas relacionadas a agricultura familiar.....	16
<b>3.ÁREA DE ESTUDO.....</b>	<b>25</b>
3.1A organização socioeconômica da agricultura familiar na comunidade do Dendezeiro- Laje-BA.....	25
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>

## 1. INTRODUÇÃO

No Brasil atual, a produção agrícola é dividida em dois principais setores: o agronegócio, que abrange a agroindústria e os produtores agroexportadores, e a agricultura familiar, que inclui os pequenos produtores rurais, que se enquadram na produção em pequena escala.

Segundo pesquisas realizadas por Castro e Freitas (2021), o Nordeste brasileiro apresenta o maior índice de agricultores familiares, com cerca de 1,8 milhões de estabelecimentos agropecuários, representando 36,2% da totalidade do país. Na Bahia, encontra-se a maior concentração desses agricultores, com aproximadamente 47,8% do total da região Nordeste. Essa estatística evidencia a importância do território baiano na distribuição de alimentos para o mercado interno/local do Brasil, especialmente considerando que o agronegócio está voltado, predominantemente, para a produção destinada à exportação (CASTRO e FREITAS, 2021).

Na perspectiva dos pesquisadores Niederle, *et al* (2015), a abordagem agricultura familiar vem se tornando uma dialética com grande relevância na contemporaneidade, dado que a mesma vem ganhando um espaço significativo tanto na economia brasileira quanto nas imediações do meio acadêmico/educacional, por meio de diversas discussões a seu respeito, principalmente por ser reconhecida juridicamente como uma das categorias sociopolíticas rurais mais jovens, marcada por uma constante resistência em busca dos direitos e reconhecimento dos agricultores de pequena escala.

Embora tenha conquistado uma posição de grande destaque na economia brasileira, sendo responsável por grande parte do abastecimento de alimentos e exercendo um papel fundamental na oferta de alimentos para a sociedade, a agricultura familiar ainda enfrenta desafios constantes na luta por espaço e direitos no meio econômico-social brasileiro. Entre esses desafios, destaca-se a insuficiência de assistência técnica adequada às suas necessidades específicas, o que gera uma série de problemas na produção, e conseqüentemente, sociais, econômicos e ambientais.

A partir da coleta de dados realizada na pequena comunidade de Dendezeiro, no município de Laje-BA, buscou-se analisar como tem atuado as instituições governamentais em relação ações eficazes direcionadas para a

agricultura familiar da comunidade. A pesquisa revelou que a organização dos agricultores da comunidade do Dendezeiro tem enfrentado desvantagens significativas em comparação a outras localidades, devido a desafios internos ligados a questões administrativas.

Este projeto tem como objetivo investigar de que maneira a gestão da associação de pequenos agricultores familiares da comunidade do Dendezeiro no município de Laje/BA, influencia na participação ativa (ou não) de produtores rurais nas políticas públicas direcionadas a esse setor, e como esse fator pode impactar suas ações sociais, econômicas e políticas. Nessa pesquisa foram apuradas as consequências de uma pendência tributária municipal que afetou negativamente a administração da associação de agricultores e anulou as possibilidades de acesso a políticas públicas e aos programas governamentais essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar. É importante enfatizar que, mais do que mostrar as consequências advindas dos fatores apontados, esta pesquisa também visa apontar o ponto de vista do agricultor familiar, face à relevância da sua experiência vivida em seu meio, tanto nas questões econômica quanto social e ambiental.

Refletindo sob essa perspectiva, investigou-se de maneira otimizada, os seguintes questionamentos, em relação à comunidade do Dendezeiro: Como a gestão de uma associação pode influenciar na implementação, apoio e monitoramento de políticas públicas? E de que maneira a ausência na participação nas políticas públicas e o suporte técnico insuficiente têm contribuído para problemas sociais, econômicos e ambientais, que afetam diretamente os pequenos agricultores familiares local? Essas questões guiaram a investigação que busca compreender os efeitos causados e propor reflexões sobre o cenário atual da comunidade.

Esta pesquisa tem caráter exploratório, que utilizou a metodologia de análise de dados coletados em campo e leituras bibliográficas, realizadas no decorrer de sua construção. Na primeira etapa da pesquisa, foram feitas leituras de bibliografias pertinentes ao tema, incluindo autores como Abramovay (1992), Silva (1999) e Baiardi (2014), que discutem o conceito de agricultura familiar. Além disso, foram consultados outros autores que oferecem um olhar atento à trajetória da questão agrícola e da agricultura familiar no Brasil, tais como Abreu e Tavares (2016), Bernardes (2017) e Pimentel *et al.* (2021), que trazem à tona

problemáticas atuais vivenciadas no setor. A segunda etapa inclui conversas informais com grupos focais, aplicação de questionários e entrevistas direcionados aos agricultores da comunidade do Dendezeiro, para levantamento das principais problemáticas vivenciadas por esses trabalhadores rurais.

A pesquisa de campo consistiu em entrevistas com seis agricultores dentre, aproximadamente, 160 moradores da comunidade do Dendezeiro, incluindo crianças e idosos. Os critérios para a escolha dos entrevistados foram: ter pelo menos um integrante por família, residir na comunidade há mais de 15 anos, ter entre 30 e 60 anos e ser associado à organização de trabalhadores rurais da localidade. Na coleta de dados quantitativos, foi possível tabular informações de 89 pessoas, sem classificação por faixa etária específica. .

Além desta introdução, este trabalho compõe quatro capítulos. No primeiro, **Fatores Históricos e a Formação da Agricultura Familiar no Brasil**, são explorados brevemente os fatores históricos que impulsionaram a formação da agricultura familiar brasileira. O texto aborda a prática agropecuária no período colonial, destacando a agricultura de pequeno e grande porte e descreve a trajetória política, histórica e social que levou à consolidação da agricultura familiar como um importante setor agrícola no Brasil. Nele, consta o subitem **Conceituando agricultura familiar**, no qual o conceito de agricultura familiar é apresentado com base nos autores Chayanov (1974 *apud* Baiardi, 2014) e Abramovay (1997), que apresentam diferentes conceituações acerca do tema. Destacam-se também os critérios estabelecidos pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para a classificação dessa atividade, além de apresentar algumas legislações e políticas públicas externas exclusivas para a agricultura familiar, destacando sua importância no fortalecimento do setor e no seu desenvolvimento socioeconômico.

Por último, o quarto capítulo **A organização socioeconômica da agricultura familiar na comunidade do Dendezeiro- Laje-BA**, apresenta a localização geográfica da comunidade do Dendezeiro, bem como o funcionamento das práticas agrícolas dessa localidade, destacando sua importância para o município como um todo. O capítulo também discute as insatisfações da população rural em relação à pendência tributária da comunidade, evidenciando os desafios enfrentados e os impactos econômicos e sociais decorrentes dessa realidade.

Com base em depoimentos de pequenos produtores rurais, além de dados coletados na Secretaria de Agricultura Municipal e comunidades circunvizinhas, foi possível identificar as principais deficiências da própria comunidade e as limitações do apoio político.

A partir da análise desses dados, espera-se obter resultados que gerem conhecimento relevante para a melhoria contínua das condições de vida e trabalho dessas famílias, podendo ser utilizado para promover práticas mais sustentáveis e eficientes, impulsionando o desenvolvimento socioeconômico da comunidade do Dendezeiro no município de Laje-BA.

## **2. FATORES HISTÓRICOS E A FORMAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**

A agricultura é uma atividade historicamente importante, vinculada ao processo de construção econômico-territorial brasileiro, tendo desempenhado um papel determinante no desenvolvimento econômico e na ocupação territorial, desde os primeiros registros de atividades agrícolas durante e após o período colonial.

De acordo com a Embrapa (2010), "a vocação agrícola do Brasil foi registrada desde o seu descobrimento em 1500". No entanto, pesquisas revelam que antes mesmo da chegada dos colonizadores europeus, os povos indígenas, que já habitavam o território brasileiro, mantinham práticas agrícolas baseadas na subsistência. Esses grupos indígenas possuíam sistemas de cultivo organizados, nos quais as tarefas e as áreas de plantio eram distribuídas de acordo com seus próprios critérios e tradições. Sob a perspectiva contemporânea, essa forma de organização pode ser associada ao que atualmente é denominada agricultura familiar, caracterizada pela produção para consumo próprio e a divisões de responsabilidades no cultivo das diversas culturas em um ambiente familiar. (EMBRAPA, 2010, p.13)

Com a chegada dos portugueses às nossas terras, surgiu a necessidade de aumento nos lucros comerciais da época, expandindo de mercado interno para o externo em exportações. Para isso, os colonizadores assumiram o controle do território brasileiro, explorando a mão de obra escrava dos povos indígenas e, posteriormente, dos africanos. Os europeus se apropriaram das atividades aqui já existentes, expandindo-as e desenvolvendo grandes atividades agroprodutivas. Desde então, o setor agrícola tem passado por inúmeras transformações, influenciadas por fatores históricos, econômicos e tecnológicos. (EMBRAPA, 2010, p.15).

Ao longo dos anos, a agricultura no Brasil evoluiu e se diversificou, passando de uma economia baseada na monocultura, especialmente durante o período colonial, para um cenário mais complexo dividido em setores. Nesse contexto atual, com a divisão da agricultura em agronegócio e agricultura familiar com foco na sustentabilidade, foram necessárias mudanças não só nesse meio

econômico e social, mas também nas políticas públicas, direcionando especificamente as necessidades de cada setor agrícola.

Assim como a agricultura de grande porte, a agricultura familiar vem conquistando cada vez mais reconhecimento e relevância em diversas áreas de estudo e legislação, fruto de lutas e mobilização da comunidade rural, o que gera grandes articulações e mobiliza o poder público a responder às demandas advindas desses produtores. Como consequência desse fator, tem se intensificado a criação e ampliação de políticas públicas direcionadas a esse público-alvo, com o objetivo de fortalecer a agricultura de pequena escala, garantir melhor geração de renda e estimular a busca por cultivos de qualidade.

Visto isso, conseguimos analisar que a trajetória histórica e econômica agrícola brasileira demonstra a importância da agricultura familiar para o país, tanto no passado quanto no presente, assim como a necessidade contínua de investimentos e a implementação de políticas públicas que apoiem o desenvolvimento e a inclusão desse setor que compõe a base alimentícia do nosso país.

## 2.1. CONCEITUANDO AGRICULTURA FAMILIAR

Conceituar a agricultura familiar na contemporaneidade se tornou uma discussão complexa, pois além de não existir apenas um único conceito, ele geralmente é confundido com os critérios de enquadramento que a ela foram estabelecidos pelo PRONAF. Apesar de ser considerado um dos mais jovens setores da agricultura moderna, a agricultura familiar ou camponesa, como antes era denominada, esteve presente entre os humanos desde o período neolítico que ocorreu do ano 7000 a.C. até 2.500 a.C, quando os povos daquela época deixaram de ser nômades e passaram a se fixar em um determinado local, precisando assim gerir mantimentos para sua base familiar.

De acordo com os estudos realizados por Baiardi (2014), a agricultura familiar ou camponesa foi definida pela primeira vez por Chayanov (1974 *apud* Baiardi, 2014), quando então o referido autor conceitua agricultura familiar como “forma organizativa da unidade econômica agrícola gerida pela família, visando precisamente garantir a sobrevivência, base para uma eventual diferenciação futura. O autor em questão pontua que, diferentemente da agricultura capitalista,

o produtor familiar viabiliza os aspectos sociais que essa produção em família pode proporcionar, além de manter uma relação afetiva com o espaço no qual cultiva, indo além do lucro que aquele espaço/produção pode gerar. Essa antiga definição se distancia um pouco de como é a agricultura familiar hoje, que se mantém como unidade econômica, porém com intuito de gerir e suprir mais que sua base familiar. Isso fica evidente atualmente, quando ela é vista como um dos setores econômicos importantes do nosso país, sendo responsável por suprir a maior parte da necessidade alimentícia local.

Outra definição que é amplamente aceita no meio acadêmico brasileiro é a de Abramovay (1997) onde o autor explana que:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime, e muitas vezes tampouco operacional, é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas (ABRAMOVAY, 1997 p. 08).

Ainda nesta perspectiva, o autor destaca que a agricultura não é apenas uma atividade econômica, mas também uma esfera de divisão social e política. Ele argumenta que a agricultura familiar desempenha um papel importante na estrutura econômica e social das comunidades rurais, pois quando conseguem harmonizar elementos da esfera social, política e familiar tendem a ser mais organizados e, conseqüentemente, haverá mais produtividade. Portanto, políticas públicas que apoiem a agricultura familiar e promovam a cooperação comunitária são essenciais para o desenvolvimento sustentável e econômico desse setor.

## 2.2 CRITÉRIOS E RELAÇÃO DE ALGUMAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADOS A AGRICULTURA FAMILIAR.

No sancionamento de planos de ações estatais voltadas para a agricultura familiar no Brasil, a primeira lei brasileira direcionada especificamente aos agricultores de pequeno porte foi a Lei nº. 11.326 (BRASIL, 2006), sancionada em 24 de julho de 2006, que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Essa diretriz foi complementada pelo Decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017. Nela é estabelecido agricultura familiar ou empreendedor familiar rural dentro do seguinte critério:

[...] considera-se (...) aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011) e IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

A criação do PRONAF, com o fim de propiciar apoio financeiro às atividades agropecuárias para agricultores de pequeno porte, é uma conquista decorrente da luta e perseverança da comunidade rural, grupos sindicais e o apoio de universidades, envolvidas nesse contexto à época. Rocha (2012) destaca que, atualmente, o PRONAF alcança considerável dimensão com operações em todo o território nacional, configurando-se como a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil.

Nesse sentido, o PRONAF representou o primeiro suporte legal que estabeleceu critérios políticos/econômicos que garantem ao pequeno agricultor recursos para investimento e custeio para sua atividade produtiva. Vale re/lembrar que esta política só se aplica aos agricultores familiares que se enquadram dentro dos critérios de classificações estabelecidos pela lei.

Além do PRONAF, outras políticas públicas e ações governamentais foram criadas com intuito de melhor atender esse setor agrícola. Entre eles estão a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PENAE) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) que atua como banco financiador, especificamente para a agricultura familiar da região nordeste.

Um dos acontecimentos marcantes e mais recente do quesito agricultura, que traz consigo diferentes epistemologias humanas e políticas, foi a designada “Revolução Verde”, marcada pelos avanços tecnológicos e a modernização

agrícola a partir do meado do século XX na década de 1960. Antes dessa ocorrência, o Brasil era considerado um país agrícola de ampla produção e variedade de produtos agropecuários. No entanto, esse resultado:

(...) tratava-se de uma produção com pouco emprego tecnológico, onde o uso de maquinários e equipamentos era escasso, assim como a renovação das áreas destinadas nos campos de produção agrícola, havendo uma “incorporação sistemática de solos virgens”, visto que os solos utilizados se esgotavam rapidamente com as atividades agrícolas (Luna& Klein *apud* Arruda *et al*, 2022 p.16).

Para Arruda *et al* (2022), a implantação dos “maquinários agrícolas resultou na decadência e no afastamento de agricultores de pequeno porte, causando danos econômicos, sociais e culturais, além das perdas dos “saberes culturais”. Após a Revolução Verde e a implementação da modernização na agricultura, o que se notava era um cenário econômico modernizado no campo, que ocasionou estranhamento e afetou de muitas formas os agricultores de pequeno porte, os quais passaram a enfrentar barreiras econômicas devido à falta de incentivo político e oportunidade de vendas em maior escala, pois as políticas agrícolas destinavam maiores recursos para os grandes produtores.

Ao contrário do agronegócio, que frequentemente opera com grandes recursos e capital, o agricultor familiar muitas vezes enfrenta desafios financeiros significativos, o que compromete sua capacidade de manter a produção em ritmo sustentável e de alcançar um rendimento econômico satisfatório. Sem o suporte técnico adequado e políticas públicas eficazes, muitos desses pequenos produtores acabam recorrendo a alternativas que, embora reduzam os custos de operação e simplifiquem a mão de obra, nem sempre garantem a produtividade ou a rentabilidade necessária para sua subsistência em longo prazo. Atividades como o uso desordenado de agrotóxicos, adubação sem análises físicas ou químicas, controles de pragas com fertilizantes inapropriados, dentre tantas alternativas inadequadas, afetam diretamente a vida desses agricultores de produção em pequena escala. Além de gerar um ciclo de vulnerabilidade econômica e limitar a capacidade desses agricultores em investir em tecnologia, inovação e práticas mais sustentáveis, essas práticas inadequadas vão de encontro ao agravamento, no qual o agricultor coloca em risco a continuidade de sua atividade, limita a produtividade do seu solo e possibilita a contaminação dos recursos naturais, colocando em risco sua própria segurança alimentar.

Para Abramovay (1992) quando se fala em produção familiar a imagem que vem imediatamente ao espírito é a de um empreendimento de dimensões reduzidas, trabalhando com técnicas relativamente precárias e atrasadas. Entretanto, nos últimos 20 anos, a agricultura familiar no Brasil tem se consolidado como um dos segmentos agrícolas de significativa renovação, ampliando sua presença de forma dinâmica e ganhando espaço no âmbito da modernização e da política local.

Todavia, nem sempre foi configurado dessa maneira. Somente a partir de meados de 1970, com os estudos da teoria marxista voltada para as análises agrícolas e do entorno do meio rural, a agricultura familiar passou a ser levada em conta pelos centros acadêmicos, além de ser fortalecida pelos movimentos sociais e organizações sindicais, movimentos estes que propiciaram maior incentivo governamental e inclusão de políticas públicas específicas. (NIEDERLE *et al* 2015).

É notório que as políticas públicas e o estado estão em constante processo de mudanças e aperfeiçoamentos, independente de para qual setor social ou econômico ela esteja direcionada, o que também possibilita possíveis modificações para melhor atender a sociedade. Porém, vale salientar que isso só se torna possível a partir do momento em que a população passa a buscar por essas transformações e o poder governamental trabalhe com eficiência acerca dos problemas demandados (MASTRODI e INFAGER, 2020). Em outras palavras, não basta apenas implementar, é necessário executar, observar e avaliar as ações já realizadas. Isso inclui analisar os impactos, a eficácia, os resultados e as possíveis falhas das políticas públicas, já que esses fatores impactam diretamente a sociedade, a economia e outras esferas da vida pública.

Apesar da existência dessas políticas governamentais, tanto estaduais, municipais (que não foram abordadas nessa pesquisa) quanto federais, que têm como objetivo garantir ao pequeno agricultor a obtenção de uma produção de qualidade e maior rentabilidade econômica, o que se percebe na realidade do meio rural, é a existência de uma grande parcela de agricultores inexperientes, sem acesso a assistência técnica básica ou apoio significativo para suprir as necessidades de subsistência no meio agrícola. Esses fatores atingem os produtores de pequena escala que continuam sofrendo impactos significativos, desde o início das inovações tecnológicas, no campo da agricultura. Embora

essas inovações tenham facilitado o acesso a ferramentas e mecanismos produtivos, como o uso de pesticidas e a mecanização, elas também trouxeram consequências negativas, incluindo a exposição frequente a componentes químicos, o uso irregular do solo e a manipulação de recursos naturais, colocando em risco tanto o meio ambiente quanto a saúde dos trabalhadores rurais.

Diante dos fatores mencionados, diversas consequências se manifestam, refletindo a complexidade dos desafios enfrentados por esses agricultores. Entre essas consequências, de acordo com Niederle, *et al*(2015), destacam-se:

- Baixa rentabilidade econômica - a dificuldade em gerar lucro devido à baixa rotatividade econômica prejudica a sustentabilidade financeira das atividades agrícolas;
- Uso excessivo de componentes químicos - a falta de subsídios especializados e de apoio técnico adequado leva ao uso exacerbado de produtos químicos, o que pode resultar em danos ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores;
- Escassez de Recursos Técnicos - provenientes da carência de recursos e conhecimentos técnicos que limita a capacidade dos agricultores em adotar práticas mais eficientes e inovadoras;
- Falta de Oportunidades de crescimento econômico - a ausência de oportunidades para aumentar a renda e gerar lucro impede o desenvolvimento econômico dessa população, agravando as desigualdades socioeconômicas.

A falta de assistência técnica adequada e a dificuldade de acesso a informações necessárias para os agricultores têm levado a uma busca incessante por melhorias no meio rural. Essa busca, por sua vez, tem resultado em uma série de confrontos com as autoridades governamentais, à medida que os agricultores lutam para garantir seus direitos e reivindicar condições mais justas e equitativas.

A situação demanda uma revisão e aprimoramento das políticas específicas para o setor, que atenda às necessidades dos pequenos agricultores, garantindo o recebimento de apoio técnico governamental necessário para manter sua produção, de forma que gere lucro e se mantenha o mais sustentável possível. É fundamental que essas políticas não apenas

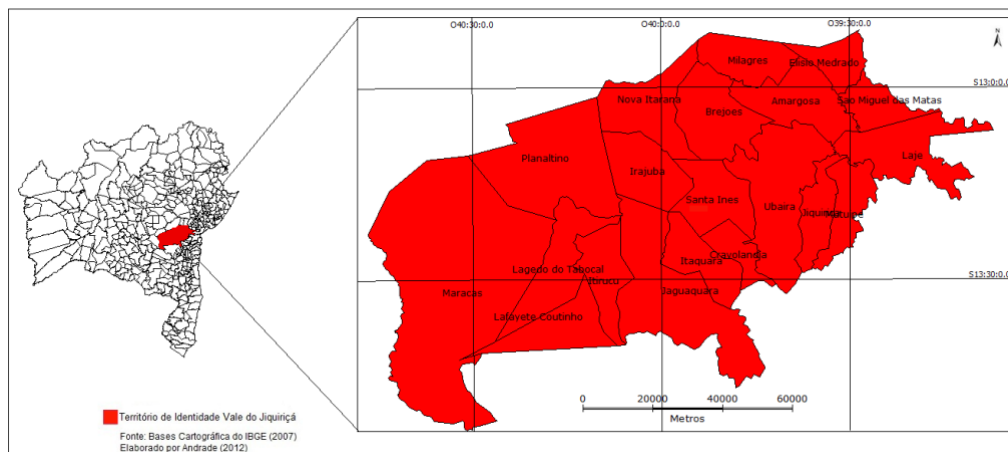
promovam o acesso ao crédito e à tecnologia, mas também incentivem práticas agroecológicas, favorecendo a preservação dos recursos naturais, como o solo e a água, e a manutenção da biodiversidade. Além disso, é preciso promover a inclusão desses produtores no mercado, assegurando-lhes condições adequadas de comercialização e valorização dos seus produtos como essenciais para a segurança alimentar do nosso país, uma vez que a agricultura familiar se mostra como a maior responsável pelo abastecimento interno brasileiro.

### 3. A ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NA COMUNIDADE DO DENDEZEIRO/LAJE-BA.

O município de Laje/BA fica localizado no território de identidade do Vale do Jiquiriçá no centro sul baiano, com distância total de 231 km até a capital baiana, Salvador. Este território encontra-se na faixa intermediária entre a zona litorânea e o sertão baiano, abrangendo vinte, dos vinte e cinco municípios que compõe a bacia hidrográfica do Rio Jiquiriçá.

Sua formação territorial é composta pelos seguintes municípios: Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafaiete Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra, como exposto na Figura 1.

**Figura 1: Localização do Território de Identidade do Vale do Jiquiriçá**



**Fonte:** Andrade, 2012

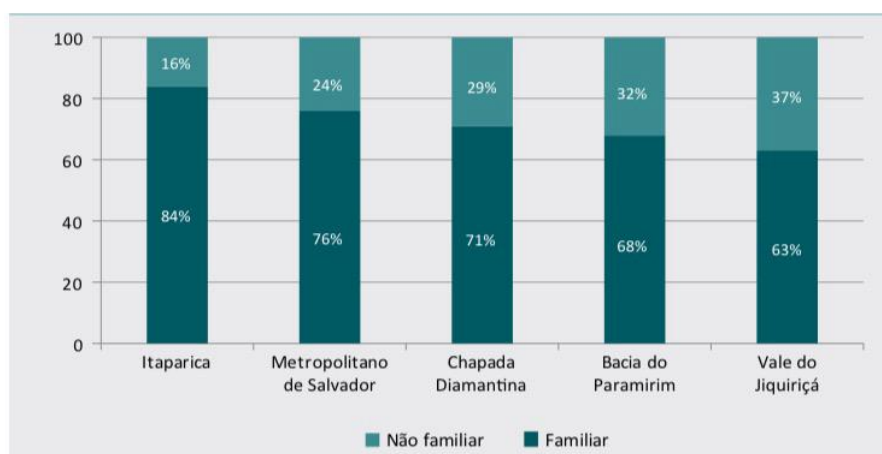
“As primeiras aglomerações desse entorno se dão a partir do século XV, com a formação de aglomerados humanos que mais tarde se amplia para vilas, cidades e municípios” (SEPLAN-BA, 2017 p.17). A bacia hidrográfica do rio Jiquiriçá tem forte influência na formação territorial das cidades que lhe cerca. O clima varia muito ao decorrer dessa bacia, atravessando 4 grandes complexos fitoecológicos, cada um deles com características climáticas diversificadas, indo do semiárido no alto curso do rio, região caracterizada pela caatinga, até a Floresta Ombrófila Densa, região de clima tropical quente e úmido, onde favorece o cultivo de diferentes culturas agrícolas no baixo médio do rio, em que se situa o município de Laje/BA (SEPLAN-BA, 2017).

Na perspectiva de Almeida (2008), a evolução econômica do Vale do Jiquiriçá está diretamente relacionada com as necessidades estabelecidas pelo Recôncavo canavieiro e fumageiro, seguindo as diretrizes da expansão do mercado interno e externo no período colonial. Desde o processo de evolução territorial do Vale do Jiquiriçá e a ampliação de seus núcleos urbanos, a partir de 1775 do século XVIII, a busca por rentabilidade e a diversificação econômica foi aumentando de acordo com as novas atividades que foram propostas, indo de implantação de setores comerciais e serviços à ampliação do meio agrícola (ALMEIDA, 2008).

A produção para subsistência sempre foi a maior atividade econômica no Vale do Jiquiriçá visto que, com o seu aumento populacional, nasceu a necessidade de maior consumo de produtos agrícolas, já que a produção de cana-de-açúcar, no período colonial, estava ligada diretamente ao mercado externo daquela época.

A dinâmica de formação desses municípios no entorno do Rio Jiquiriçá, favorece até hoje a produção econômica predominante da região, onde a agricultura se mantém como a principal atividade, que permanece com grande destaque nos municípios do curso médio desse rio. As atividades agrícolas praticadas nesses municípios são direcionadas tanto para a subsistência local quanto para fins comerciais. Atualmente o Vale do Jiquiriçá é reconhecido como um dos cinco Território de Identidade com maior participação da agricultura familiar em seus municípios (Figura 2).

**Figura 2 - Cinco territórios de identidade com maior participação da agricultura familiar- Bahia- 2018.**



Fonte: SEI (2021)

Esse Território abriga mais de 23,7 mil estabelecimentos agropecuários voltados para a Agricultura Familiar, atendendo uma população de aproximadamente 299.944 habitantes, o que representa cerca de 2,1% da população total do estado da Bahia. De acordo com o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), estima-se que 57,9% dessa população reside na zona urbana, enquanto 42,1% vivem na área rural.

Embora uma parcela significativa da população resida em áreas urbanas, a economia de mais da metade dos 20 municípios do território é amplamente impulsionada pelas atividades agropecuárias, com destaque para a agricultura familiar. Um exemplo é o município de Laje, que possui uma área total estimada em 449,834 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 21.052 habitantes, conforme dados do último censo (IBGE, 2022).

Essa relevância da agricultura familiar para a economia local é evidenciada pelos dados apresentados na Tabela 1, que aponta as estimativas de estabelecimentos agrícolas voltados tanto para a agricultura familiar quanto para a agricultura patronal, com base no censo agropecuário IBGE de 2006, e a quantidade de estabelecimentos agrícolas direcionados a agricultura familiar de acordo com o último censo (IBGE, 2017) no município de Laje-BA.

**Tabela 1 - Estimativa de números e área de estabelecimentos agrícolas do setor rural/ familiar e patronal do município de Laje/BA**

	2006	2017
Área total (km <sup>2</sup> )	425,3	425,3
Nº de estabelecimentos agropecuários	1.984	3.943
Estabelecimentos agropecuários /Área total (ha)	37.427	38.162
Nº de produtores proprietário/Agricultura familiar	1.884	3.682
Nº produtores comodatário/arrendatário	192	216

**Fonte:** IBGE. Censo Agropecuário 2006, 2017.  
Elaboração da autora, 2024

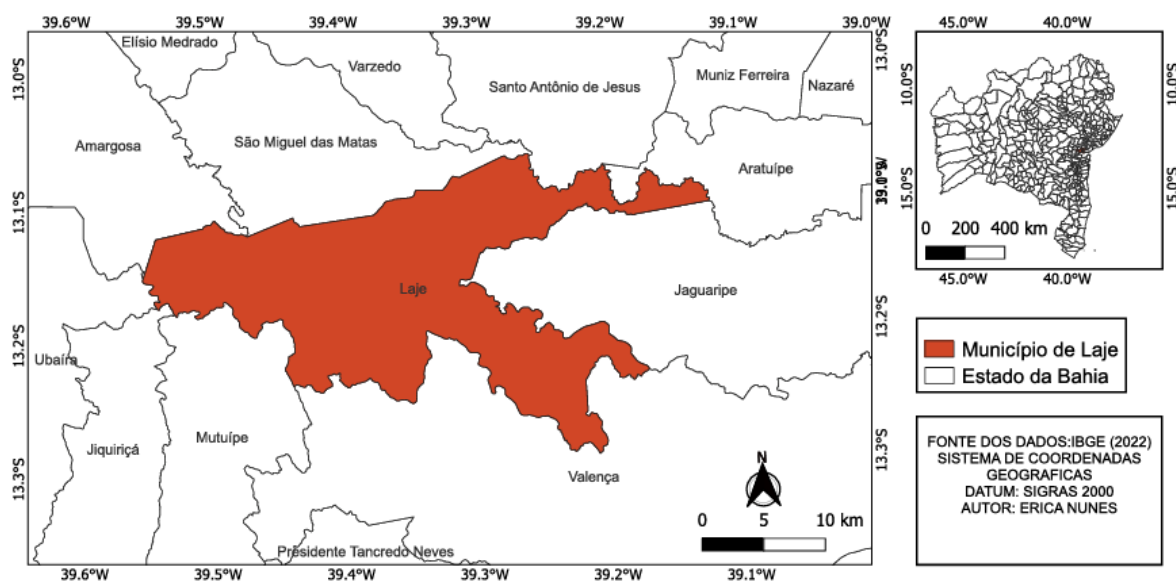
O ano de 2006 mostra que, apesar da maior parte da produção agrícola em termos de área cultivada (hectares) estar concentrada em terras patronais nesse mesmo ano, a economia de Laje, assim como de outros municípios do Vale do Jiquiriçá, está enraizada na agricultura familiar ou de pequena escala. Essa realidade permanece evidente até os dias atuais como demonstrado pelos dados de 2017, que destacam a diferença expressiva entre o número de

proprietários enquadrados na modalidade da agricultura familiar aqueles classificados como proprietários comandatários.

Essa predominância é ainda mais evidente quando analisados os dados atuais, que mostram que a maior parte da população de Laje reside em áreas rurais: apenas 27,93% vivem em áreas urbanas, enquanto 72,61% estão em zonas rurais, de acordo com o IBGE (2017). Esses números ressaltam a forte dependência econômica da região em relação à agricultura. Atividades agrícolas como o cultivo de mandioca, a produção de cacau, o cultivo de maracujá, hortas e outras culturas temporárias exercem grande influência sobre a economia local, sendo essas as culturas principais no município.

A pequena comunidade do Dendezeiro, que faz parte do município de Laje, se encontra a pouco mais de 4km da região leste da sede do Município.

**Figura 3: Mapa de localização do município de Laje-BA**



**Fonte:** IBGE (2022). Sistemas de coordenadas geográficas datinha: SIGRAS 2000  
Elaborado pela autora.

**Figura 4 - Foto panorâmica da comunidade do Dendezeiro-Laje/BA**



Fotografia tirada pela autora, agosto de 2024.

Com um total de 50 famílias e aproximadamente 160 pessoas (estimando crianças e idosos), essa coletividade mantém-se em uma estabilidade financeira considerada em classe média/baixa (autoclassificação dos entrevistados) porém sem excedentes de pobreza extrema conforme as informações coletadas em trabalho de campo. Das pessoas entrevistadas, 87% se classificam como classe média/baixa, 11% como classe baixa e os outros 2% não revelaram sua camada social.

O principal fator da comunidade não se encontrar em uma camada social desfavorável em relação a outros casos, é em virtude das atividades econômicas dominantes dessa pequena parcela da população lajista, caracterizada principalmente pela agricultura familiar. As atividades de maior influência são o plantio do cacau, mandioca, banana e alimentos essenciais, como feijão, laranja e hortaliças que, além de servirem para próprio consumo, também mantém o fluxo do capital na comunidade através de comercialização informal e vendas na feira municipal.

Através dos resultados da pesquisa de campo, a partir das falas de alguns agricultores, percebeu-se que a comunidade tem uma produção diversificada, mas que se assemelha de uma família a outra, conforme relatos dos agricultores:

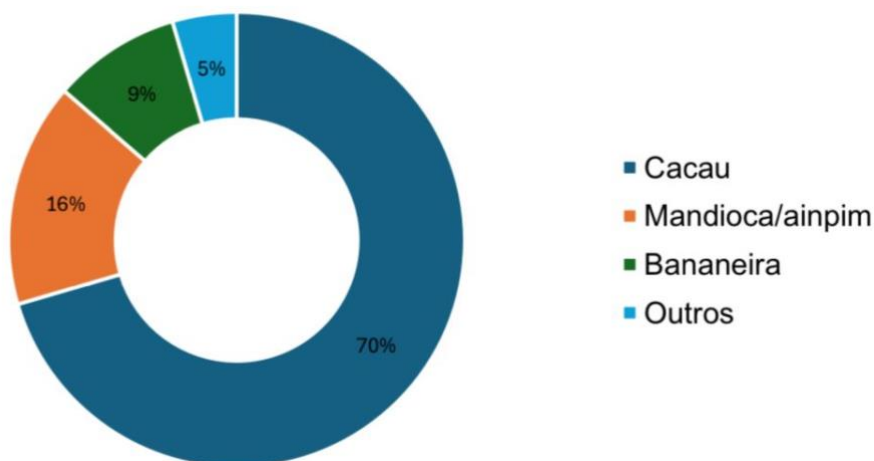
*Eu moro no dendezeiro a 22 anos, e de la pra ca, não sabia o que era uma agricultura familiar, fui aprendendo junto com meu marido. [...] a gente foi cada dia mais acrescentando nossa agricultura, só plantávamos mandioca, e hoje a gente cultiva cacau, mandioca, banana,*

*de tudo no nosso sítio tem um pouquinho (Agricultor 2, 27, de setembro, 2024)*

*A gente aqui cultiva cacau, mandioca, banana, coco, laranja, mais só que a gente não tem incentivo pra vender sabe, planta na maioria das vezes para consumo da gente. Só o cacau que vendemos sempre, mas o resto das coisas quando dá um pouco mais, que vendemos para próprio benefício e sustento da casa. (Agricultor 5, 05 de outubro, 2024)*

A figura 6 evidencia a perspectiva de que o manejo do cacau é a atividade agrícola com mais influência na comunidade, assim como também é responsável pela maior parte do rendimento econômico das demais famílias.

**Figura 5 -Culturas agrícolas que dominam e movimentam a economia da comunidade do Dendezeiro em Laje-BA**



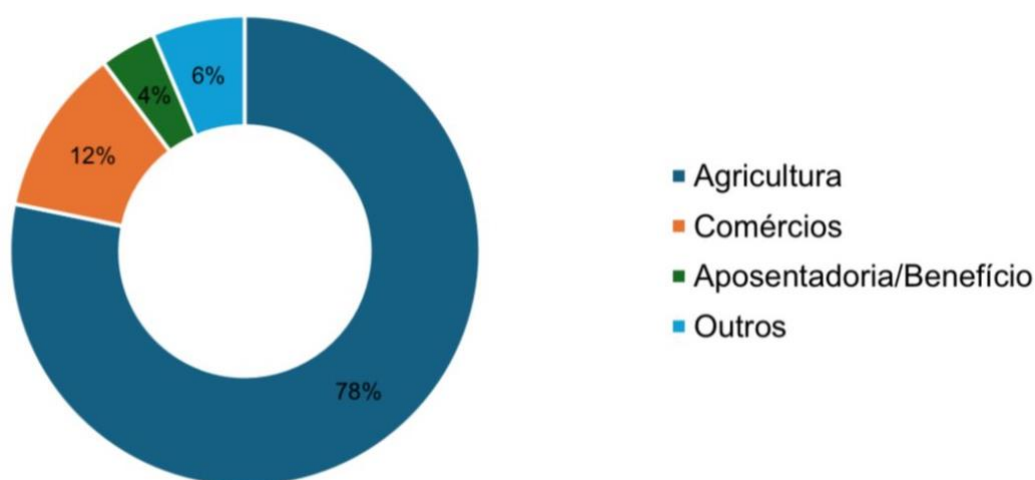
Resultado de campo.  
Elaboração da autora, 2024

Durante as coletas de dados foram citados outros bens e serviços que abastecem a economia e suprem as necessidades de sobrevivência de alguns integrantes de famílias da comunidade em questão. Entre essas atividades, além da agricultura que teve maior destaque, foi citada a aposentadoria/benefício, o comércio e outros serviços ligados à gestão municipal. Notou-se que a maior parte dessa porcentagem, que não vive exclusivamente da agricultura familiar, são jovens na faixa etária entre 16 e 25 anos, o que não é surpreendente, visto que a agricultura familiar tem perdido sua identidade inicial, já que a atual juventude busca melhores condições econômicas nas grandes cidades e metrópoles.

A autora Zótis (2011) argumenta que esse desestímulo dos jovens em permanecer no meio rural se dá devido a expansão da modernização da

agricultura, que vem interferindo na relação do homem e do seu meio (natureza), diferentemente do que acontecia antigamente. Como resultado desse acontecimento, Zóti ( 2011, p.21) afirma que “em função destes fatores e pela falta de perspectivas, os jovens acabam deixando o meio rural em busca de melhores condições econômicas e sociais”.

**Figura 6 - Atividades econômicas existentes na comunidade do Dendezeiro em Laje-BA.**



Resultado de campo.  
Elaboração da autora, 2024.

Em 19 de agosto de 1998 foi fundada a primeira Associação de Pequenos Produtores Rurais da comunidade do Dendezeiro, com 42 associados. No entanto, em 2013, um grave incidente marcou o fim das atividades formais da associação. Um incêndio no cartório municipal destruiu os documentos legais da entidade, incluindo seu registro oficial, o que resultou na perda de sua capacidade de operar de maneira formal. Sem o documento legal, a associação deixou de cumprir suas obrigações administrativas e entrou em débito com a Secretaria de Agricultura do município.

Do ano de 2013 a 2023 a comunidade do Dendezeiro não tomou medidas para reativar a associação ou reorganizar sua estrutura social e administrativa. Essa ausência de mobilização resultou em uma lacuna na representação dos pequenos produtores da comunidade, dificultando o acesso a políticas públicas, subsídios e outros programas de apoio governamentais. Apesar da recente busca por essa regularização, as ações administrativas da comunidade ainda se

encontram em desvantagens em relação a outras comunidades lajistas, por não estar ainda devidamente consolidada e regularizada de acordo com os termos jurídicos do município. Sobre essas informações os agricultores reagem da seguinte forma:

*Eu venho lutando para ver se consigo botar essa associação em dias, mas é complicado. (Agricultor 3, 05 de agosto, 2024)*

*A associação está assim também, por descuido da própria comunidade. Mas com fé em Deus estamos correndo atrás para por ela e dias, até porque hoje em dia toda comunidade tem que ter sua própria associação para se desenvolver melhor, junto com sindicato, secretaria de agricultura e a CEPLAC. (Agricultor 5, 05 de outubro, 202)*

A perda da documentação e o acúmulo de dívida no decorrer dos anos têm sido um contratempo para a ampliação de projetos e suporte de serviços que promova o desenvolvimento das atividades agrícolas na comunidade. O que se percebe, no cotidiano dessas famílias, é um despreparo técnico resultante da escassez de recursos e apoio, que resulta em diversas complicações, tais como a intensificação de uso do agrotóxico, acesso limitado a políticas públicas e dificuldade em se desenvolver economicamente. Esses fatores interferem diretamente no desenvolvimento socioeconômico da comunidade, gerando um acúmulo significativo de precedentes desfavoráveis como, por exemplo, complicações ambientais, desgaste do solo, pouca rentabilidade econômica e despreparo técnico no processo de produção agrícola dos agricultores da comunidade. A partir dessas informações, percebe-se a importância da inserção de políticas estatais eficazes e que se adequem às necessidades de cada indivíduo ou organização social. Referente a isso, alguns produtores rurais do Dendezeiro contestam:

*Eu nasci e me criei no dendezeiro, e sempre trabalhei com a agricultura...tá faltando quase tudo. As estradas não são bem trabalhadas, a saúde é ruim. [...] se a estrada não tá boa não consigo transportar material, para chegar até a feira. [...] A prefeitura ajuda muito pouco.... se vem projetos e benefícios a gente não tem conhecimento. (Agricultor 4, 05 de outubro, 2024)*

*Deveria ter um olhar mais especial [...] a gente não tem um técnico para auxiliar a gente nas plantações, temos associação, mas não tá em andamento. Deveríamos ter uma cooperativa para a gente poder entregar nossos produtos e ajudar nas despesas. Com certeza se tivesse um técnico e uma cooperativa para expor nossos produtos, ia melhorar bastante a nossa comunidade. (Agricultor 2, 27 de setembro, 2024).*

Desde o último registro de atividade ativa da associação de pequenos agricultores rurais da comunidade do Dendezeiro, poucos foram os recursos recebidos do governo municipal/estadual/federal. Segundo informações e relatos dos próprios agricultores, esse descaso político é causado pela falta de organização da comunidade e tem atrapalhado o crescimento e rotatividade econômica da agricultura na comunidade porque, além de não se ajustarem aos critérios necessários para receber apoio direto do órgão público municipal, devido à dívida existente, não são apresentadas propostas e outras alternativas que possam contribuir para melhorar a organização técnica, social e financeira dessa associação.

Os próprios associados e integrantes da comunidade estão cientes que a desvantagem que eles têm relacionadas a intervenções políticas, também está vinculada ao transtorno causado pela inadimplência da comunidade como poder municipal. Essa percepção é reforçada pelos depoimentos dos agricultores, que evidenciam as dificuldades enfrentadas, conforme relatado por alguns dos entrevistados:

*Depois dessa dívida da associação, nós não conseguimos mais apoio ou projetos que pudesse ajudar a gente [...] (Agricultor 1, 17 de julho, 2024).*

*Falta organização e compreensão da comunidade. As vezes um concorda, outro não concorda, ai deixa de acontecer muitas coisas. (Agricultor 2, 27 de setembro, 2024).*

*Eu lembro de várias vezes que a prefeitura mandava aquelas mudas de goiabeira ou de pé de graviola, algumas vezes também o sindicato deu umas mudinhas de pé de cacau, mas fora isso não tem muita coisa não... (Agricultor 1, 17 de julho de 2024).*

*Tem associações ai bem desenvolvida, com maquinários e cooperativas pra pegar os frutos e alimentos que a gente planta pra vender. Aqui ainda falta muito incentivo para que a gente possa ta crescendo economicamente e pro próprio município que precisa da nossa produção (Agricultor 5, 05 de outubro de 2024).*

Em setembro de 2013 a comunidade recebeu um trator por intermédio de seleção de um edital publicado pelo governo estadual, nesse mesmo ano, o qual representou uma conquista significativa dos agricultores familiares da comunidade do Dendezeiro. Naquele momento, a associação ainda estava devidamente regularizada, o que permitiu o recebimento desse recurso tão

importante, que acarretou novas oportunidades de produção. Essa trajetória é lembrada por um dos agricultores que diz:

*O trator da associação chegou na comunidade em 2013, naquela época o governo do estado tava cedendo vários tratores para as comunidades que estavam em dias e a gente correu atrás e conseguimos. Sem apoio nem um. (Agricultor 3, 05 de agosto, 2024)*

Apesar da conquista daquele ano, a comunidade enfrentou grandes dificuldades para manter os custos relacionados ao trator, devido à falta de recursos financeiros e a uma base administrativa sólida. Como consequência, seu uso ficou suspenso por um longo período. Diante desse cenário, para tentar gerar renda, os membros da associação decidiram arrendar o veículo, que inicialmente deveria ser utilizado para benefício exclusivo de todos os integrantes da comunidade. Sobre essa decisão, há opiniões diversas, como apontado por dois dos agricultores entrevistados:

*Pra mim foi melhor assim, porque se ficasse só na comunidade não estaria dando tanta renda, como tem dado alugado, não tava mais trabalhando, pois, a comunidade não é tão grande. (Agricultor 4, 05 de outubro, 2024)*

*Foi ruim, pois não está servindo só a comunidade, porém foi melhor do que está parado e trazer um extra para a comunidade. (Agricultor 2, 27 de setembro, 2024)*

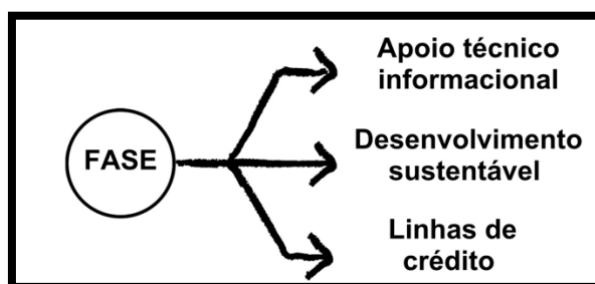
Entre os poucos recursos disponíveis para a comunidade, o arrendamento do trator se destaca como o ativo que mais contribui financeiramente para o coletivo, mesmo que sua utilização não esteja diretamente voltada aos pequenos produtores da localidade. Os lucros gerados pelo seu arrendamento são direcionados para ações que visam revitalizar a associação comunitária, evidenciando o esforço e o comprometimento de parte dos moradores do Dendezeiro, em melhorar as condições sociais e econômicas da comunidade como um todo. Essa iniciativa demonstra uma visão coletiva e uma vontade de fortalecer as estruturas econômicas e sociais local, reforçando o potencial da comunidade para buscar um futuro mais próspero e igualitário. Por meio dessa mobilização, marcada por desafios políticos e econômicos, fica explícito a capacidade da comunidade de se reorganizar e buscar soluções próprias, na tentativa de superar dificuldades e minimizar os impactos das limitações políticas impostas pelo poder estatal, reflexo do débito existente na associação.

Diante desse cenário de buscas por melhores oportunidades, desde janeiro do ano de 2024, a comunidade do Dendezeiro vem recebendo apoio técnico e informacional da organização FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), juntamente com o Sindicato de Trabalhadores Rurais e Agricultura Familiar do município (SINTRAF). Esse apoio tem sido fundamental para fortalecer a comunidade, mesmo estando em débito com a Secretaria de Agricultura Municipal.

A FASE é um projeto que abrange 5 estados brasileiros e chegou na Bahia em 1987, inicialmente no município de Itabuna. Em 2009 passou a desenvolver suas atividades nos territórios Vale do Jiquiriçá e no Baixo Sul baiano, atuando nos municípios de Mutuípe, Ubaíra, Jiquiriçá, Laje, São Miguel das Matas, Presidente Tancredo Neves, Valença e Teolândia. O SINTRAF foi o principal órgão público responsável pela implementação do projeto FASE na comunidade do Dendezeiro que, após preencher os requisitos propostos no edital do estado, começou a executar seus trabalhos sob essa organização, sendo financiada pelo governo do estado sem nenhum vínculo político partidário.

Na figura 8, conseguimos ver as principais áreas de atuação da FASE na comunidade do Dendezeiro segundo os relatos dos agricultores e participantes.

**Figura 7- Áreas de atuação da FASE na comunidade do Dendezeiro em Laje/BA.**



Elaborado pela autora, 2024

Durante a participação e atuação da FASE na comunidade, foram registradas algumas atividades com fins técnicos informacionais para o meio agrícola. Também foram realizadas algumas reuniões e minicursos preparatórios para que os agricultores obtivessem um preparo técnico eficiente no uso e manejo do solo, de suas culturas, cuidados com a água, dentre outros benefícios. Essas ações têm gerado impactos positivos na vida desses agricultores, como relatado por um dos participantes do projeto:

*Eu sou uma das participantes e sempre participo das atividades. Além das atividades, eles vão trazer alguns projetos, como a análise de terra, que vai ser muito bom pra nós né. Algumas vezes nós temos até condições de fazer, junta uma coisa ali, um dinheirinho aqui, mas não sabemos a quem recorrer e antes não tínhamos nada disso na comunidade. (Agricultor 2, 27 de setembro, 2024).*

**Figura 8- Palestra para apresentar o projeto FASE**



Fotografia retirada pela autora, janeiro de 2024.

**Figura 9- - Minicurso de poda e cuidado com cacau**



Fotografia tirada pela autora, março de 2024

De acordo com relatos de próprios agricultores da comunidade, a inserção da FASE na localidade não está vinculada à Secretaria de Agricultura do Município. Trata-se de uma organização não governamental (ONG), financeiramente vinculada ao governo estadual e presta serviços a este órgão público, o que lhe isenta de qualquer vínculo político ou partidário local. Segundo as narrativas dos agricultores, a participação da ONG tem sido benéfica para

que consigam ampliar seus conhecimentos e suprir a necessidade de apoio técnico, algo que há muito tempo era demandado pela comunidade.

Nas Figuras 10 e 11, observa-se a participação ativa desses agricultores e agricultoras, bem como os apoiadores técnicos da organização.

**Figura 10-Oficina: preservação e restauração de fontes nascentes**



Fonte: FASE, 2024.

**Figura 11- Oficina: preservação e restauração de fontes nascentes**



Fonte: FASE, 2024.

As percepções positivas expostas nas pesquisas de campo são reforçadas nas narrativas dos agricultores, como a de um participante que afirmou:

*“Até aqui eu tô encarando a FASE como uma coisa positiva, a gente quer aprender mais, eles veem ensinar mais a gente sobre o cultivo do cacau, como cuidar das águas, como reflorestar e cuidar das nascentes. Pra mim tá sendo ótimo. [...] Se tivesse vindo antes era melhor, que não ia*

*tá como tá hoje, ia tá tudo reflorestadinho e a gente já sabia como cultivar da maneira certa a mais tempo. (Agricultor 4, 05 de outubro, 2024)*

As Figuras 12 e 13 ilustram mais uma iniciativa da comunidade junto com a organização parceira, no processo de reflorestamentos de nascentes e fontes, na tentativa de melhorar a qualidade de vida e cuidados com os recursos naturais utilizados pelos moradores, tanto para fins econômicos como para uso pessoal. Essa ação, mais uma vez, destaca a importância e a necessidade de expandir e fortalecer o apoio técnico nas demandas produtivas e socioeconômicas dos agricultores familiares.

**Figuras 12 e 13- Oficina 2: preservação e restauração de fontes e nascentes.**



Fonte: FASE, 2024.



Fonte: FASE, 2024

A ausência de um olhar amplificado do poder público, direcionadas agricultura familiar da comunidade do Dendzeiro, durante um longo período, resultou em uma série de desafios socioambientais. Entre tantos problemas, o uso do agrotóxico foi o que mais se destacou e foram salientamos entre os pequenos agricultores locais, que problematizam e evidenciam em suas falas, como a do agricultor que relata:

*Hoje na nossa comunidade não é todo mundo que quer cultivar mandioca, porque estamos tendo uma grande dificuldade em encontrar trabalhador. Ai a gente vai se rendendo a roçadeira, veneno (agrotóxico), isso tudo substitui o trabalho manual. (Agricultor 5, 05 de outubro de 2024).*

Embora esses insumos sejam considerados como uma possível solução imediata que facilita o trabalho agrícola, eles causam grande insatisfação entre os próprios produtores que, além de demonstrarem grandes preocupações ambientais em relação ao solo e à biodiversidade, também se preocupam com

os riscos da saúde da comunidade, exposta ao contato direto com esses defensivos agrícolas. Um agricultor expressa essa preocupação dizendo:

*Eu uso agrotóxico, uso pouco, agora eu acho isso completamente errado. Ele poderia ser substituído por um produto que não afetasse tanto a terra nem as nossas águas. Porque isso prejudica a nós mesmo, a gente que cultiva e come das verduras, o pior só vem pra nós. (Agricultor 4, 05 de outubro, 2024).*

Essa mesma preocupação é reforçada por outro agricultor, que destaca os riscos diretos à saúde:

*A gente deveria deixar, mas de usar agrotóxico. Como na mandioca, a gente come a farinha, e se ela tiver com agrotóxico vai ta nos prejudicando (Agricultor 2, 27 de setembro, 2024)*

Respostas como essas reforçam a necessidade urgente de alternativas mais sustentáveis e de apoio técnico para os agricultores familiares, a fim de mitigar os impactos do uso indiscriminado de agrotóxicos. Isso só será possível quando as leis e políticas públicas estabelecidas, para que situações como essas não ocorram, passem a ser viáveis e eficientes perante as necessidades e dificuldades enfrentadas pelo público para o qual é direcionada.

Diante das informações expostas, torna-se urgente realizar uma análise mais aprofundada para determinar se a ineficiência das políticas públicas estatais na comunidade decorre pela influência de sua condição de irregularidade ou se reflete um padrão que também afeta outras localidades do município.

Como um exemplo de boa gestão, pode ser citada a comunidade de Engenheiro Pontes, também localizada no Município de Laje-BA, vizinha à localidade do Dendezeiro, que também conta com uma Associação de Agricultores Familiares, fundada em 1990, que atualmente possui 160 associados inscritos, sendo 92 participantes ativos, que mantém a associação ativa até os dias atuais. Através dessa associação, a comunidade consegue se beneficiar de projetos ligados à Secretaria de Agricultura Municipal que fornecem mudas de diferentes espécies e cestas básicas para as famílias carentes, anualmente. Além disso, a partir do apoio do governo municipal, juntamente com o governo estadual, foi possível a aquisição de um trator novo e seus implementos para movimentar ainda mais a economia daquela comunidade. Em algumas falas, a gestão administrativa da associação afirma estar sempre buscando novas oportunidades e ampliação para toda a comunidade e isso tem

gerado resultado, pois a partir do momento em que o poder governamental está ciente da dificuldade, ele decide se vai intervir ou não com novas iniciativas políticas. Essa comunidade também destaca sua participação no PNAE, no qual suas produções são destinadas às escolas e posto de saúde local.

Outro exemplo de comunidade, com uma associação ativa, é a da localidade do Quilombo, também situada em Laje-BA que, assim como Dendezeiro e Engenheiro Pontes, busca fortalecer sua agricultura familiar. Fundada em 21 de novembro de 2004, a associação do Quilombo tem, atualmente, 80 pessoas no seu quadro de sócios e todos são ativos. Assim como o Dendezeiro, a comunidade do Quilombo teve apoio e acompanhamento da organização FASE durante 3 anos. Segundo relatos, essa ação teve um impacto muito positivo sobre as famílias cadastradas, no qual tiveram acesso a apoio técnico e informacional que possibilitou a ampliação e melhorias no formato de cultivo no qual trabalhavam. A adesão ao trator, conquistada através de lutas e do apoio de vereadores locais, também foi um avanço significativo para a comunidade. Um marco importante foi o reconhecimento do território quilombola, um processo formal realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, com base em critérios legais, históricos e culturais, possibilitou à comunidade o acesso a políticas públicas específicas, como apoio à produção agrícola e à sustentabilidade. Esse reconhecimento foi crucial para a promoção da inclusão social e do desenvolvimento econômico da comunidade quilombola.

Por fim, destaca-se a contribuição da comunidade do Ronco D'água, também situada em Laje-BA, cuja associação permanece ativa desde julho de 1998. Atualmente, essa organização social conta com 60 associados inscritos, embora apenas 25 estejam regularmente ativos. A gestão administrativa da comunidade ressalta a participação de atividades voltadas à agricultura familiar, desenvolvidas a partir do apoio do poder público municipal. Entre essas ações, destacam-se visitas e acompanhamentos técnicos, cursos de manejo, adesão de trator e moinho, além da aquisição de mudas de cacau e outras árvores frutíferas para a horta "Canteiro Econômico", uma iniciativa independente que funcionou por um longo período na comunidade. Como conquista mais recente, a comunidade foi contemplada com a construção de uma agroindústria de fruticultura (fábrica de polpa), viabilizada por meio de um programa do governo,

que ainda não foi inaugurada. Além disso, os associados do Ronco D'água, participam ativamente dos programas PNAE, PAA e o PAA direto, no âmbito municipal.

O Quadro 1 contém dados comparativos e foi elaborado a partir dos resultados obtidos nas entrevistas e pesquisas realizadas nas outras comunidades mencionadas anteriormente. Os dados evidenciam as diferenças entre comunidades lajistas que possuem associação regularizada e a comunidade do Dendezeiro, que no momento não dispõe desse recurso.

**Quadro 1 - Quadro Comparativo das Atividades Relacionadas a Órgãos Públicos nas Comunidades Pesquisadas.**

COMUNIDADES ENTREVISTADAS	ESTADO DA ASSOCIAÇÃO	ACÕES E PROJETOS POLÍTICOS	ÓRGÃO PÚBLICO RESPONSÁVEL
Dendezeiro/Laje-BA	Inativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão do trator</li> <li>• Organização -FASE</li> </ul>	Governo do Estado SINTRAF
Engenheiro Pontes/Laje-BA	Ativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão do trator e implementos</li> <li>• PENAE</li> </ul>	Governo do Estado Governo Municipal
Quilombo/Laje-BA	Ativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão do trator</li> <li>• Organização-FASE</li> <li>• Declaração de reconhecimento como comunidade quilombola</li> </ul>	Governo do Estado Governo Municipal Governo Federal SINTRAF
Ronco D'água/Laje-BA	Ativo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão de trator e moinho</li> <li>• visitas e acompanhamentos técnicos</li> <li>• construção de uma agroindústria de fruticultura (fábrica de polpa)</li> </ul>	Governo do Estado Governo Municipal SINTRAF

Resultado de campo.  
Elaborado pela autora.

Os dados apresentados no Quadro 1 demonstram o quanto a irregularidade associativa pode causar danos significativos para uma comunidade, prejudicando o acesso a benefícios essenciais e limitando sua participação em políticas públicas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar. A ausência na participação de programas como PNAE e PAA, por exemplo, demonstra como essa falta de formalização associativa no Dendezeiro intensifica as dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares local, o que gera menor desempenho social e econômico, impedindo o acesso a implementação de ações que poderiam impulsionar o desenvolvimento da agricultura familiar local.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo investigar de que maneira um débito tributário na gestão da associação de pequenos agricultores familiares da comunidade do Dendezeiro no município de Laje/BA, influencia na participação ativa (ou não) desses produtores rurais nas políticas públicas direcionadas a esse setor, e como esse fator pode impactar suas ações sociais, econômicas e políticas. Nele foi apontado, através das coletas de dados, as principais demandas, dificuldades e fragilidades da comunidade em relação ao posicionamento do poder público. Além disso, buscou-se averiguar se as estratégias governamentais direcionadas a esse público têm de fato gerado resultado e cumprido com as ações regidas pelas diretrizes de cada política pública.

Para compreender com clareza a situação que está sendo demandada na localidade, foram realizadas pesquisas bibliográficas para entender o processo de construção e adequação da agricultura em pequena escala no nosso país, apontando algumas das principais ações e políticas públicas, com mais ênfase as federais, que foram regidas no intuito de fortalecer e incentivar a agricultura familiar.

No processo de construção do trabalho, foi possível perceber que o objeto dessa pesquisa, a comunidade do Dendezeiro, sofreu por um grande período com a falta de apoio técnico e escassez de ações governamentais canalizadas para a agricultura familiar local, atividade considerada como a maior fonte de renda para essa população. Constatou-se que essa carência tem interferido em questões sociais, econômicas e ambientais desses agricultores, acarretando uma série de problemas, tais como o uso indevido dos recursos naturais (solo, água, fauna e flora); o abuso na aplicação de componentes químicos como agrotóxicos e fertilizantes, além da falta de oportunidade de comercialização de seu produto.

Embora seja possível que a comunidade em questão poderia se beneficiar de maiores oportunidades e de melhor apoio governamental, voltado à agricultura familiar local, constatou-se que o débito municipal, existente há mais de 10 anos, gerou um fator de irregularidade que impede a atuação direta do

poder público municipal, na ampliação e reestruturação das questões econômicas e sociais da localidade. Apesar de ser apontado em algumas falas dos agricultores de pequeno porte do Dendezeiro, que há uma vontade em retomar as atividades ativas da associação, para assim melhor se desenvolverem e ter acesso as ações governamentais, pouco são as iniciativas tomadas por esse coletivo, o que agrava ainda mais esse problema. Eles ainda relatam estar recebendo, há pouco mais de 1 ano, apoio técnico e informacional da organização FASE que, segundo eles, tem contribuído positivamente, suprimindo de alguma forma a falta que as políticas públicas agrícolas fazem por esse longo período. Em comparação com outras comunidades do município de Laje-BA, que tem sua associação comunitária regularizada, a localidade do Dendezeiro sofre grandes desvantagens, não tendo acesso a projetos municipais ou políticas federais que ampliam e ajudam no fortalecimento da agricultura lajista. Porém, não se pode afirmar que algumas dessas defasagens existentes nesse meio social se dão unicamente pela falta de incentivo governamental ou à ineficiência de políticas públicas direcionadas a esse grupo.

Nesse contexto, considerou-se que a falta de regularização, atualmente é o principal fator que impede que a comunidade do Dendezeiro seja reconhecida como entidade elegível para programas governamentais, dificultando a obtenção de recursos, capacitações técnicas e suporte logístico necessários para o desenvolvimento social e econômico de sua coletividade.

Espera-se, além de maior mobilização por parte dos associados e agricultores familiares dessa comunidade, que possa haver alguma esfera política competente que busque intervir de forma eficaz, propondo uma solução viável para esse problema, pois a persistência dessa questão tem gerado um impacto negativamente significativo sobre esse meio.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão rural para a agricultura familiar**. In: Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Anais do m Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural Brasília/DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 1997, p. 203-218.

ABRAMOVAY. R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo:Hucitec; UNICAMP, 1992.

ABREU, Ruy Muricy de, TAVARES, Felipe Guimarães. **Panorama do uso de agrotóxicos na Bahia: desafios para a vigilância à saúde**. Revista Baiana de Saúde Pública. v. 40, supl. 2, p. 91-113 abr./jun. 2016. Disponível em: <https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2696>.

ALMEIDA, Luciene Santos de. **O vale do Jiquiriçá no contexto espacial produtivo do Cacau**. Salvador- UFRB; 2008

ANDRADE, I. M.; SANTANA, G. M. S.; SACRAMENTO, R. V. O. Geoprocessamento em saúde: um estudo sobre a leishmaniose tegumentar americana no vale do Jiquiriçá, Bahia, Brasil. Hygeia - **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Uberlândia, v. 10, n. 18, p. 19–32, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/22437>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ARRUDA, E. L. de; ANTUNES, L. F. de S.; SILVA, C. G. da; VAZ, A. F. de S. The historical context of agriculture in Brazil and the awakening of agroecological movements aiming at more sustainable agricultural systems . **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 13, p. e46111335026, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i13.35026. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35026>. Acesso em: 6 mar. 2024

BAIARDI, Amílcar. Gênese e evolução da agricultura familiar: desafios na realidade brasileira e as particularidades do semiárido. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 143-156, out./dez., 2014.

BRASIL. **Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017**. Regulamenta a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 1º jun. 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9064.htm) Acesso em: 6 mar. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.326. Constituição da República Federativa do Brasil de 24 de julho de 2006. Brasília, DF. [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm). Acesso em: 22 de jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Resolução no 06, de 08 de maio de 2020. <https://www.gov.br/fnde/pt-br> Acesso em: 16 de julho de 2023

BRASIL. **Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.** Institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 out. 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm) Acesso em: 6 mar. 2024.

CASTRO, Cerza Nunes de. FEITAS, Rogério Edvaldo. **O Pronaf no Nordeste: Análise a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2021. Disp: <https://www.econstor.eu/handle/10419/243030> Acesso em: 13 de jan. 2023

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de Alimentos- PAA: Legislação Básica/** Companhia Nacional de abastecimento. Brasília: Conab. <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiaracesso> em 21 de abr. 2024.

CHAYANOV, A. **La Organización de la Unidad Económica Campesina.** Buenos Aires: 1974.

EMBRAPA. **Novos Ângulos da História da Agricultura no Brasil.** 01 ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2010 v.01.112p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censodemográfico.** Laje-BA,2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/laje>, acesso em 24 de junho de 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censoagropecuário: Produção Agrícola Municipal, 2017.** Laje-Ba: Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/laje/pesquisa/24/76693> Acesso em 14 de julho de 2024.

LUNA, F. V., & KLEIN, H. S. (2019). **Transformações da agricultura brasileira desde 1950.** História Econômica & História de Empresas, 22(2), 277–307. <https://doi.org/10.29182/hehe.v22i2.632>

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. Sobre o conceito de políticas públicas. **Revista de Direito Brasileira.** Florianópolis/SC, v. 24 n. 9 p.05-18 Set./Dez., 2020.

NIEDERLE, Paulo; FIALHO, Marco; CONTERATO, Marcelo. A pesquisa sobre agricultura Familiar no Brasil– aprendizagens, esquecimentos e novidades. Piracicaba-SP: **Revista economia e sociologia rural**, 19 de fevereiro de 2015.

PEIXINHO, A. M. L. **A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional.** Ciência & Saúde Coletiva, 2013.18(4): p.909-916.

PIMENTEL, Andrea; ABREU, Lucimar; CONTRIGIANI, Ariele. **Agricultura Familiar.** Araras-SP:UFSCAR,2021.

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Participação da Agricultura Familiar na Bahia e nos Territórios de Identidade.** SEI: Salvador/BA,2021. Disponível em: <URL> sei.ba.gov.br. Acesso em: 24 de agosto de 2024.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento da Bahia. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável e solidário-** PTDRSS do Vale do Jiquiriçá. Amargosa: UFRB, 2017.

SILVA, Enid Rocha Andrade de. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Relatório Técnico das Ações Desenvolvidas no Período 1995/1998.** Brasília-DF, agosto de 1999. Serviço editorial, IPEA.

ZÓTIS, Tássia Scariot. **Causas e consequências da evasão de jovens da Comunidade Rural de São Vitor, município de Camargo/RS.** Porto Alegre: setembro de 2011.